

# O LICEU FEMININO DE ANÁLIA FRANCO E A FORMAÇÃO DE PROFESSORAS PARA AS CASAS MATERNAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

The Anália Franco Women's Lyceum and the Training of Teachers for Maternal and Nursery Homes in the Early Twentieth Century

El Liceo Femenino de Anália Franco y la formación de maestras para las casas maternas a comienzos del siglo XX

REGINA LUCIA SILVEIRA MARTINS<sup>1\*</sup>, JEFFERSON DA COSTA SOARES<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Instituto Benjamin Constant, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. <sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. \*Autora correspondente. E-mail: [reginaluciasilveira@ibc.gov.br](mailto:reginaluciasilveira@ibc.gov.br)

---

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar o Liceu da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, criado por Anália Franco, em 1902. Trata-se de um curso de formação de professoras, voltado para a educação infantil, para atender a creches e casas maternas espalhadas pelo estado na primeira década republicana. A metodologia utilizada foi a análise documental de fontes como anúncios publicados em periódicos da época, impressos, o livro de memórias de uma ex-aluna, dentre outros. Caracterizamos o projeto original de criação do Liceu, que culminou na inclusão pedagógica a um segmento não contemplado nas reformas instrutivas do Estado; analisamos as modificações e estratégias adotadas pela educadora para concretização e manutenção desta experiência pioneira; e identificamos as dificuldades por ela enfrentadas.

**Palavras-chave:** Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo; Curso de Formação de Professores; História da Educação Infantil.

**Abstract:** This study analyzed the Lyceum of the Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo, which was founded by Anália Franco in 1902. It was a teacher training course focused on early childhood education, intended to serve daycare centers and maternal schools throughout the state during the first decade of the Republic. We used a documentary analysis methodology, examining sources such as advertisements published in periodicals from that time, printed materials, and the memoirs of a former student. First, we characterized the original project for creating the Lyceum, which resulted in the pedagogical inclusion of a segment not considered by the state's educational reforms. Then, we analyzed the modifications and strategies adopted by the educator to implement and maintain this pioneering experience. Finally, we identified the difficulties she encountered.

**Keywords:** Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo; Teacher Training Course; History of Early Childhood Education.

**Resumen:** Este artículo analiza el Liceo de la Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de São Paulo (Asociación Femenina Benéfica e Instructiva de São Paulo, AFBI), fundado por Anália Franco en 1902. Se trató de un curso de formación de maestras orientado a la educación infantil, destinado a atender guarderías y casas maternas en todo el estado durante la primera década de la República. La metodología consistió en el análisis documental de fuentes como anuncios publicados en periódicos de la época, impresos y el libro de memorias de una exalumna, entre otros. Caracterizamos el proyecto original de creación del Liceo —que promovió la inclusión pedagógica de un segmento no contemplado por las reformas instructivas del Estado—, analizamos las modificaciones y estrategias adoptadas por la educadora para implementar y sostener esta experiencia pionera e identificamos las dificultades que enfrentó.

**Palabras clave:** Asociación Femenina Benéfica e Instructiva de São Paulo; Curso de formación de maestras; Historia de la educación infantil.

---

## INTRODUÇÃO

A lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024, instituiu a Semana de Valorização das Mulheres que fizeram história no âmbito das escolas de educação básica do país. Nesse contexto, nada mais justo do que ressaltar o pioneirismo da professora Anália Franco (1853-1919) na criação de suas escolas maternais em São Paulo, no início do século XX. Os asilos dirigidos por sua Associação primavam por apresentar um plano pedagógico, o que os diferenciava dos demais existentes na época. O interesse por educadores envolvidos com o período republicano, em sua primeira década, em São Paulo, com implicações na formação e profissionalização docente, conduziu uma pesquisa<sup>1</sup> sobre o Liceu Feminino da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo (AFBI), fundado pela educadora. Com base nos resultados dessa pesquisa, o objetivo do artigo é analisar o Liceu e o seu papel no contexto histórico de sua criação.

Anália Franco, filantropa, conhecida por seus asilos de atendimento a órfãos, já no final do século XIX, criou um projeto pedagógico inclusivo para tais asilos e creches quando fundou, na cidade de São Paulo, em 1901, a AFBI. De acordo com Kishimoto (1988, p. 52), Anália Franco teria sido a “primeira educadora a utilizar termos como ‘creche’ e ‘escolas maternais’ para denominar suas instituições destinadas à infância”, as chamadas casas maternais. Afirma a autora:

Enquanto nos Asilos Infantis ou Orfanatos geralmente não se observa nenhuma atividade pedagógica nem a presença de elementos especializados em educação infantil, os estabelecimentos de Anália recebem asiladas que cursam a escola de formação de professores denominada Liceu, que tinha como função preparar profissionais para a docência nas creches e escolas maternais da rede de ensino de Anália (Kishimoto, 1988, p. 55).

A pesquisa sobre o Liceu, uma instituição educacional criada em 1902 dentro da Associação Feminina Beneficente Instrutiva, está particularmente relacionada à história da educação no período citado, pois São Paulo passava por um contexto fértil de ideias e inovações educacionais que já aconteciam nos fins do século XIX, provocado pelo partido republicano, através de seus manifestos e propostas por uma educação pública.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Martins, R. L. S. (2024). *Anália Franco e o Liceu da Associação Beneficente Instrutiva de São Paulo (1902-1917)*. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 248 p.

<sup>2</sup> Ler Viscardi (2012) [Viscardi, C. M. R. (2012). Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870–1889). *Tempo*, 18. <https://www.scielo.br/j/tem/a/rDdtmkHB9cb4dFYyLr8VTmd/?format=html&lang=pt>] sobre o Manifesto Republicano. Acerca do Manifesto dos Professores Públicos, de 1871, e da formação do

Existem alguns trabalhos acadêmicos sobre Anália Franco e a AFBI. Publicados entre os anos de 1986 e 1998, podemos citar o livro de Kishimoto (1988), intitulado *A pré-escola em São Paulo (1877 a 1940)*, e os artigos de Kuhlmann (1991, 1998), sobre as iniciativas de proteção à infância pobre em São Paulo. Ambos mencionam o protagonismo de Franco na condução de sua obra voltada à criança desamparada, indicando relevância pedagógica. É a partir do atual século que as pesquisas sobre essa educadora se ampliam, dando origem a vários trabalhos acadêmicos. No levantamento bibliográfico, utilizamos como palavras-chave “Anália Franco” e “Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo” (AFBI) na plataforma do Banco de teses e dissertações da Capes, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e encontramos quatro dissertações e duas teses. Oliveira (2007) analisou práticas educativas para a criança e para a mulher na obra de Anália Franco e a AFBI. Na dissertação de Lodi-Correa (2009), encontramos aspectos sobre sua ação socioeducacional, na transição do Império para a República, enquanto Chagas (2016) investigou um de seus impressos, a revista *Album das Meninas*. Por sua vez, a tese de Portela (2016) revela características da trajetória profissional da educadora. O relato documentado sobre o Asylo de Orphans Anália Franco de Ribeirão Preto é a pesquisa de Johansen (2017). Já Ferreira (2020) encontrou dados sobre o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa. Os artigos, obras literárias laudatórias e demais publicações sobre a Anália Franco estabelecem relações entre a educadora e a doutrina espírita. Essas produções apresentam, em sua totalidade, registros sobre a trajetória de Anália Franco na direção da AFBI, sua rede de relações e de apoio para a manutenção de sua obra, além de informações sobre os seus impressos e suas ideias educacionais. No entanto, nessas produções encontramos poucas informações sobre o Liceu, objeto da pesquisa que deu origem a este artigo.

As fontes investigadas foram os jornais encontrados no site da Hemeroteca Digital da BN, durante o período em que Anália Franco era diretora da AFBI, entre 1901 e 1919, especificamente o periódico “Correio Paulistano”, onde encontramos uma quantidade significativa de citações, totalizando 280 registros. Partimos, também, das revistas escritas por Anália Franco, alguns relatórios e manuais da AFBI disponibilizados no site da Fundação Carlos Chagas (FCC) e no Arquivo do Estado de São Paulo, e de uma obra esgotada, escrita em 1959 e reeditada em 1982 por uma ex-aluna de Anália Franco que viveu na AFBI, entre os anos de 1906 e 1918.

Dessa forma, analisamos os documentos na perspectiva da história cultural, pois “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressam a si próprios e o mundo” (Pesavento, 2005, p. 42), nos permite refletir sobre determinados fenômenos culturais e sociais que caracterizam uma memória retratada

---

Clube Republicano de Itu, em 1873, ver Lemos (2013) [Lemos, D. C. A. (2013). O Manifesto dos Professores Públicos Primários da Corte Imperial e a emergência do associativismo docente. *Revista Contemporânea de Educação*, 8(15)].

em documentos que não necessariamente expressam uma realidade, portanto, cientes de que, como afirma Le Goff (2003, p. 535), “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças de poder.”

Apesar da “atuação do Estado no campo educacional ter sido decisiva para o desenvolvimento da instrução pública, época tão promissora de investimentos na educação popular”, a organização do Ensino tratada no Regulamento da Instrução Pública de 30 de dezembro de 1892<sup>3</sup> previa a formação de professores em três anos para a prática docente nos Ensinos Preliminar e Complementar, pois nos arts. 1º & 2º a lei garantia que a instrução pública deveria ter início somente aos 7 anos, e a educação anterior a esta data não poderia ser de responsabilidade do governo (Kishimoto, 1988, p. 106). Somente nos anos 1920 e 1930, esse segmento iria se transformar numa unidade pré-escolar (Kishimoto, 1988, p. 157).

O curso de formação de professores da AFBI, o Liceu Feminino, portanto, foi uma instituição escolar inserida neste período rico de iniciativas públicas educacionais, proveniente de debates e conflitos entre o legislativo imputando leis e decretos na condução da reforma da instrução pública e a realidade do estado. Conhecer os desafios da instituição através das fontes obtidas nos ofereceu indícios do complexo momento da organização da educação pública em São Paulo. Os problemas educacionais eram inúmeros, relatados pelos inspetores e registrados nos Anuários do Ensino. Havia um descompasso entre o modelo pensado e a realidade da cidade e do estado; desde a metodologia, os espaços escolares, os materiais pedagógicos disponibilizados, a unificação do ensino e dos procedimentos administrativos até, principalmente, a precária formação do professor. Esse período nos revela, também, modelos diferenciados de formação de professores, escolas diferenciadas, escancarando as marcas controversas dos embates e confluências da história da formação e profissionalização docentes.

O Liceu, portanto, com seu curso de formação de professores para as casas maternais, é precursor de uma iniciativa diante da ainda inexistência de leis e decretos que sustentassem um projeto educacional para crianças nesta faixa etária e publicações de manuais específicos para formação deste professor. Anália Franco precisava unificar a metodologia e os procedimentos tanto pedagógicos quanto administrativos porque as casas maternais eram inauguradas na cidade, e as chamadas “sucursais”, no interior do estado, todas ligadas à AFBI.

A rede ferroviária criada em meados do século XIX e expandida nos anos seguintes favorecia a inauguração das casas maternais pelo interior do estado, sempre solicitadas à Anália Franco, diretora da AFBI. Monteiro (1992, p. 97) lista as escolas

---

<sup>3</sup> Estado de São Paulo. (1892). *Decreto n.º 144-B, de 30 de dezembro de 1892 – Regulamento da Instrução Pública do Estado*. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Recuperado de <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1892/decreto-144B-30.12.1892.html>

“sucursais do Interior” ligadas à AFBI, em Agudos, Barretos, Bauru, Bebedouro, Brotas, Campinas, Cândido Rodrigues, Dobrada, Dois Córregos, Dourado, Franca, Itapetininga, Jaboticabal, Jaú, Jundiaí, Limeira, Monte Azul, Pederneiras, Ribeirão Preto, Rincão, Rio Claro, Salles de Oliveira, Santa Adélia, Santa Ernestina, Santos, São Carlos, São José do Rio Pardo, São José do Rio Preto, São Manuel, São Vicente e Sertãozinho. De acordo com Monteiro (1992), no ano de 1910, o total de casas maternais mantidas pela AFBI era de 110 unidades.

Na pesquisa de Bem (1998), encontramos detalhadamente a listagem das estações ferroviárias, a linha troco da São Paulo Railway Company e a articulação com outras companhias que foram surgindo para atender à rede ferroviária de cunho político e econômico, buscando a ligação do interior do estado e da capital com o porto de Santos (Figura 1).

Figura 1 – Ferrovias de São Paulo em fins do século XIX.



**Nota.** Imagem disponível em Brainly. Fonte: Brainly (2023). Ferrovias de São Paulo em fins do século XIX. Recuperado de <https://brainly.com.br/tarefa/32719598>

Anália Franco solicitou passes gratuitos para as professoras nas viagens às sucursais das escolas maternais. As atas das assembleias confirmam seu pedido, indicando a utilização da rede ferroviária na criação e acompanhamento das sucursais da AFBI.

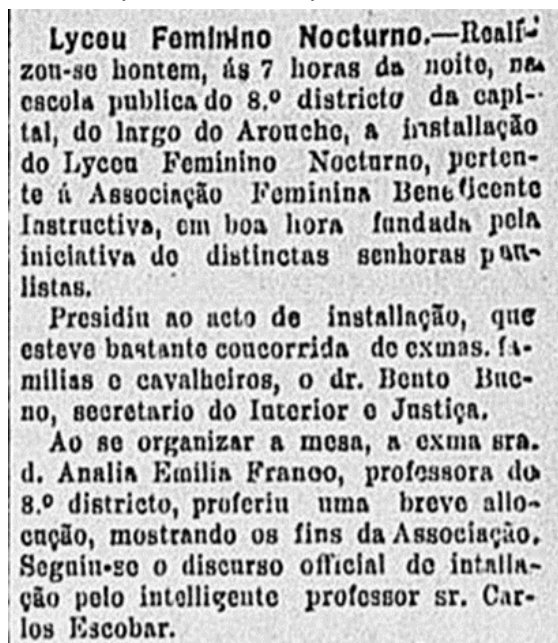
Diante do exposto, buscamos identificar quais eram os objetivos do Liceu Feminino da AFBI; quais eram os conteúdos a serem ensinados; quem eram os professores e as alunas; e quais dificuldades Anália Franco teria encontrado na execução de seu projeto.



## A CRIAÇÃO DO LICEU FEMININO DA AFBI

O Liceu Feminino da AFBI foi fundado em 25 de janeiro de 1902, conforme reporta o jornal *Correio Paulistano*<sup>4</sup> (Figura 2).

Figura 2 – Publicação da Inauguração do Liceu Feminino da AFBI



Nota. Fotografia disponível em *Hemeroteca Digital Brasileira*. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (s.d.). [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_06/1555](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/1555)

O anúncio é de página inteira, apenas cortamos o dia e hora da inauguração e quem a presidiu, o Dr. Bento Bueno, secretário do Interior e da Justiça, tendo feito o discurso oficial o professor Carlos Escobar<sup>5</sup>. O objetivo do Liceu da AFBI, desde sua criação, era o de formar professoras e diretoras para as escolas maternais. Conforme Monteiro (1992, p. 83), “Anália Franco sabia que não adiantaria ter campo de expansão para as tarefas de alfabetização e formação da juventude carente, se não tivesse à disposição número suficiente de professoras preparadas, segundo seu método de ensino”.

O programa do curso era o mesmo das casas maternais, acrescido de língua francesa e da história da pedagogia, desde Pestalozzi. Seu objetivo também era a de que as futuras educadoras fossem as mesmas órfãs asiladas. Para Anália Franco, as pobres desprotegidas deveriam sair com uma profissão.

<sup>4</sup> Ed. 13804.

<sup>5</sup> O *Estado de S. Paulo* de 29/03/1903 informa que Carlos Escobar se formou na Escola Normal da Capital em 1884. Nasceu em 1862 e faleceu em 1941. Ocupou quase todos os cargos do magistério público. Fundou a primeira associação de classe do professorado. Promoveu em 1910 o congresso do ensino. Foi colaborador assíduo da Revista de Ensino. 156 Fonte: Hemeroteca Digital BN. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/090972\\_06/1555](http://memoria.bn.br/DocReader/090972_06/1555)

A proposta da educadora era de abrigar, dar assistência pedagógica e uma profissão às asiladas. Tal propósito atendia às políticas governamentais de assistência aos desvalidos e de ensino de um ofício às crianças e jovens. As discussões sobre o ensino profissional ao menor, como forma de inserção social, faziam parte das preocupações sobre o futuro da criança desvalida. Afirmava: “queremos formar cidadãos uteis, com iniciativa e capacidade, prontos a colaborar, nunca a pedir” (Franco, 1903, como citado em Monteiro, 1992, p. 85).<sup>6</sup>

No *Relatório* da AFBI, de 1908, e na *Voz Maternal* de agosto de 1904<sup>7</sup>, Anália Franco assevera seu objetivo de educar e ensinar um ofício aos asilados:

[...] A necessidade de dar uma carreira às pobres órfãs asiladas no Asilo e Creche, nos tem feito trabalhar sem descanso, afim de que seu preparo corresponda nos ideais que temos em mira. [...] Entretanto com ingentes esforços temos conseguido preparar diversas moças nos dois primeiros anos de curso para as escolas maternais (Franco, 1909, p.7)

[...] acham se já organizadas modestamente as oficinas de costura e tipografia do Asilo e Creche, onde trabalham diversas viúvas e órfãs desvalidas. Assim iremos aos poucos realizando o ideal que temos em mira, que é o de suprir pelo trabalho a necessidade de esmola (Franco, 1904, p. 8).

De acordo com Barros (1982), as moças feitas, órfãs, estudavam e trabalhavam em todos os setores de responsabilidades da Associação, tais como: aulas de música, trabalhos manuais, aulas didáticas, algumas nas oficinas gráficas da AFBI ou lecionavam nas creches e escolas maternais que funcionavam em todos os bairros da capital paulista. Outras eram inspetoras de crianças e havia, também, as chefes de cozinha, lavanderia e rouparia, mas que também estudavam e se revezavam continuamente nessas obrigações (Barros, 1982, p.22).

Dessa forma, a AFBI seguia as referências instituídas às instituições asilares: um modelo de ensino de uma profissão, como política assistencial da época. No artigo 41 do regimento interno, que consta na *Voz Maternal*<sup>8</sup> de janeiro de 1904, encontramos que o objetivo dos Liceus, fundados nas Associações cujo modelo era a AFBI, seria de instituições de ensino profissional destinadas a ministrar instrução teórica e prática a todas as pessoas do sexo feminino que se propunham à profissão do magistério nas escolas maternais e elementares da Associação Feminina.

<sup>6</sup> Como não havia uma grafia uniformizada na época, optamos por utilizar a grafia atual em todas as citações.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=1>

<sup>8</sup> Revista impressa na tipografia da AFBI, escrita por Anália Franco, além dos editais traziam notícias sobre a AFBI e de suas escolas.

Nos artigos do Regimento Interno da AFBI, verificamos que a organização do curso seria de dois anos para as Escolas Maternais e de três anos para as escolas elementares, compreendendo as matérias de português, aritmética, pedagogia e moral, francês, geografia, história natural, história do Brasil, música, desenho, ginástica e trabalhos manuais. A distribuição das cadeiras pelos anos do curso estava assim organizada: no primeiro ano, havia português, 8 lições por mês; aritmética elementar, noções de geografia, pedagogia e moral, desenho, história do Brasil, elementos de história natural e francês, 4 lições por mês; geometria, ginástica e trabalhos manuais, 3 lições por mês. No segundo ano: português, aritmética e francês, 12 lições de cada matéria no 1º trimestre. Pedagogia e moral, geografia e história do Brasil, 12 lições no 2º.

Sobre a metodologia das escolas maternais, faz-se importante relacioná-la à história de vida da professora Anália Franco. É preciso conhecer sua trajetória pessoal e profissional, tomando o paradigma de Nóvoa (1992, p. 7) do “professor como pessoa” como pressuposto de que não é possível separar o “eu pessoal” do “eu profissional” de Anália Franco. Dessa forma, conhecendo aspectos de sua formação e prática como educadora, somos levados a refletir sobre as escolhas metodológicas para seu projeto de criação de instituições educacionais.

Apesar da possibilidade de estarmos buscando a criação artificial de sentido, como nos alerta Bourdieu (2006), juntando aspectos de sua formação ao de sua atuação, bem como tentando estabelecer consistência e constância nas relações de vida e profissão, como causa e efeito em sua trajetória de vida, não podemos deixar de lado o olhar crítico diante das questões sobre os mecanismos sociais que são privilegiados, as experiências de tempo e os espaços sociais, que constituem as representações do sujeito e que, de alguma forma, influenciam sua personalidade e suas possibilidades. Tais recursos, de acordo com Bourdieu, configuram capital econômico, social e cultural aos sujeitos.

Portanto, analisando alguns aspectos da biografia de Anália Franco, podemos afirmar que elementos culturais foram incorporados à sua formação, um patrimônio herdado pela família. Sua mãe, Teresa Emilia Franco, era professora numa época em que a formação e a profissionalização eram negados ao sexo feminino. Seu pai, Antonio Marianno Franco Junior, tinha a função de alferes, oficial militar, também instruído e possivelmente formado numa Academia Militar.

Em seu desenvolvimento, outros elementos foram adicionados, junto aos bens culturais provenientes da família e que iriam agregar recursos à sua obra. Em 1877 é registrado no jornal *A Província de São Paulo*, de 29 de dezembro de 1877, que Anália Franco realizou brilhante exame quando cursava o 1º ano do curso normal da Escola Normal de São Paulo. Observamos que seu nome foi grafado de forma incorreta, trocado por Amália, na seção assinada por Justus, no jornal (Figura 3).



Figura 3- Notícia sobre o brilhante desempenho de Anália Franco como aluna da Escola Normal de São Paulo em 1877.

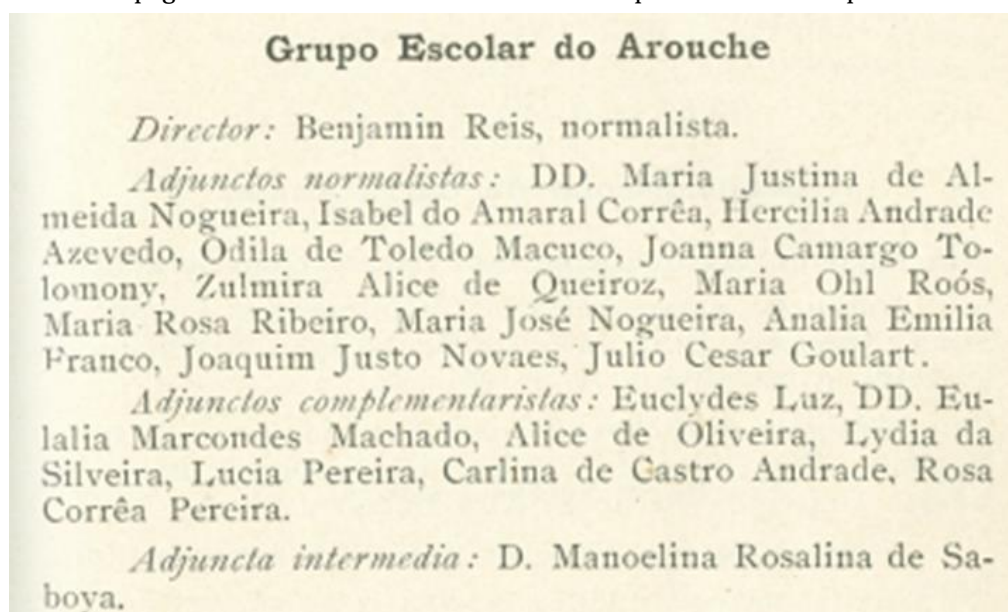


**Nota.** Imagem extraída de *A Província de São Paulo*, edição nº 8.861, ano de 1877. Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional do Brasil).

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=347159&pagfis=3472>

A Escola Normal de São Paulo era o “topo da hierarquia das instituições formadoras de professores” (Monarcha, 1999, p. 212). Sendo assim, a formação de Anália Franco como professora havia ocorrido na melhor escola normal da província. Após o curso, foi nomeada professora pública para atuar no grupo escolar do Largo do Arouche, em São Paulo, um local privilegiado. De acordo com Souza (1998, p. 73), “ser professor do grupo escolar era motivo de disputa entre os professores públicos”, pois os grupos escolares ofereciam melhores salários e boas condições de trabalho. Eram escolas consideradas de qualidade e de grande prestígio social, uma vez que os professores que atuavam nos Grupos Escolares eram aqueles que “representavam um dos elementos do padrão de excelência do ensino paulista durante a Primeira República, pois os grupos escolares eram costumeiramente representados como centros de luz radiosa” (Monarcha, 1999, p. 230). Encontramos seu nome como professora adjunta do Grupo Escolar do Largo do Arouche, nos Anuários de Ensino de São Paulo, no Arquivo do Estado de São Paulo, nos anos de 1907 a 1918 (Figura 4).

Figura 4 – Foto da página do Anuário de 1908 com o nome dos professores do Grupo Escolar do Arouche.



**Nota.** Imagem extraída do *Anuário de São Paulo* (1908–1909). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. [https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico\\_periodico/anuarios\\_ensino](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/anuarios_ensino)

Aqui novamente recorreremos à Bourdieu (2003, p. 78), quando nos apresenta outros componentes agregados à bagagem cultural herdada pelo sujeito:

Com o diploma, essa certidão de competência cultural que confere ao seu portador um valor convencional, constante e juridicamente garantido no que diz respeito à cultura, a alquimia social produz uma forma de capital cultural que tem uma autonomia relativa em relação a seu portador e até mesmo em relação ao capital cultural que ele possui, efetivamente, em um dado momento histórico.

Juntam-se a esse patrimônio cultural as redes de socialização que permeariam os espaços valorizados convencionalmente. Anália foi escritora no período paulista de 1890 a 1918, e seu nome estava associado a um grupo de mulheres escritoras atuantes na época. Pela via da imprensa é possível observar a intensa movimentação de intelectuais, mediados por estruturas de sociabilidade, conceituadas como redes por Sirinelli (2003), nas quais grupos afins partilhavam interesses comuns.

Anália Franco circulava junto a escritoras que faziam parte da elite social e cultural do período, como Francisca Julia da Silva<sup>9</sup>, que escrevia nos periódicos *O Estado de São Paulo*, *Correio Paulistano*, *Diário Popular* e nas revistas *O Album* (RJ), *A Semana* (RJ), *Boêmia* e *A Paulicéia* (1896), *Educação* (1902), *São Paulo Ilustrado* (1904), *A Vida Moderna* (1905), *Ilustração Brasileira* (1905) e *Orkidea* (1920); América Carolina da Silva

<sup>9</sup> Para saber mais sobre os periódicos e as escritoras citadas, ver Martins (2001).

Couto, dos periódicos *Eco das Damas*, de 1879, e *A Família*, de 1888; Josephina Álvares de Azevedo, que escrevia nos periódicos *A Semana*, *Educação* 1902 e no *Almanake de Senhoras de Lisboa*; Presciliana Duarte de Almeida (Martins, 2001, pp. 466-467), da revista *A Mensageira*, lançada em 1897; Zalina Rolim, que participava das revistas *A Mensageira* e *Revista do Jardim da Infância* (1896); e Julia Lopes de Almeida, que colaborou nas revistas *O Quinze de Novembro*, *Kosmos*, *O Paiz*, *A Gazeta de Notícias* e *A Semana*.

Anália Franco também criou as suas próprias revistas, o *Album das Meninas*, de 1898, e a *A Voz Maternal*, que substituiu a primeira e começou a circular no ano de 1903.

Junto a esta extensa rede de relações, verificamos que Anália Franco era ligada ao Espiritismo e à Maçonaria; esta última, instituição com papel relevante na Primeira República, alinhada às ideias liberais e iluministas, influenciada também pelo ideário positivista, do cientificismo, parceira no processo da reforma da instrução em São Paulo, na defesa do ensino elementar público, laico e gratuito. O Espiritismo<sup>10</sup> ficava restrito a uma parcela da sociedade que dominava a língua francesa e estava esclarecida sobre as novas descobertas científicas ligadas ao movimento ocorrido na França. Essa elite intelectual, de acordo com Valle (2010), era composta por advogados, médicos, profissionais liberais (professores, jornalistas e alguns comerciantes) que gozavam de prestígio junto aos grupos dominantes e dirigentes do império.

A rede de relações nos revela o perfil intelectual, social e cultural do grupo que circulava junto à Anália Franco e que participaram, de alguma forma, do seu projeto. Professoras formadas pela Escola Normal, professoras de grupos escolares, relacionamentos que foram conquistados ao longo de sua trajetória social e que se converteram em um tipo de riqueza, como um “capital social” que ela dispunha a serviço da concretização de seu plano educacional, a AFBI. Na lista de docentes do Liceu, encontramos nomes de professoras da Escola Normal e dos Grupos Escolares.

Sobre a condução metodológica do curso, buscamos identificar as influências que poderiam estar presentes em sua formação. Com relação ao programa de ensino da Escola Normal, Silva e Perez (2014) afirmam que, na década de 1870, um dos manuais mais utilizados no Brasil e adotado na Escola Normal de São Paulo foi o manual do *Curso Prático de Pedagogia*, de Daligault, publicado originalmente na França em 1851 e traduzido pela primeira vez no Brasil em 1865.

O livro apresentava, nos capítulos que o compõem, orientações para o professor que “completaria por assim dizer a obra de Deus” (Daligault, 1870, p. 18). No início do

<sup>10</sup> De acordo com Monteiro (1992, p. 185), “precisar a data e como” Anália Franco “se converteu ao Espiritismo é tarefa difícil”, pois, segundo o biógrafo da professora, “não há fato ou depoimento concreto na pesquisa biográfica” que indique em que momento de sua vida teria se ligado aos espíritos. É possível considerar o fato de que a influência pode ter relação com a militância espírita de seu companheiro, Antônio Francisco Bastos, pois Anália Franco era católica ainda em 1898, segundo Monteiro (1992, p. 185), citando artigo de um conceituado professor, o Sr. Olympio Catão, que registra ser a professora “católica confessa”. No entanto, Bastos, de acordo com Azevedo (2010), era espírita, frequentador e divulgador da doutrina com participação ativa no movimento espírita de São Paulo.

manual, encontramos o capítulo que descreve o que seria a “dignidade” da função do professor primário, quais seriam as qualidades necessárias para o exercício da profissão. De acordo com o autor, seriam sete as qualidades de um bom professor: a bondade, a firmeza, a paciência, a regularidade, a pureza dos costumes e a piedade cristã.

Encontramos, também, a descrição das qualidades indiretas para a função, as que contribuem para o bom resultado do ensino, que são: a polidez, a modéstia, a prudência, o desinteresse, o amor da solidão, cuidados que o professor deveria ter em seu comportamento, como, por exemplo, o de evitar festas, casas de jogo e o de “passar ora para um lado ora para outro” (Daligault, 1870, p. 53).

Precauções higiênicas faziam parte do primeiro capítulo; este, dividido em itens como: o asseio dos meninos, a limpeza do local, a renovação do ar, a variedade nos exercícios, a boa posição, cuidando da separação ou afastamento dos meninos atacados por moléstias. O trabalho, por meios diretos ou exercícios, indicava os itens como: o andar, o correr, o saltar, o trepar, o escorregar ou o resvalar e a cultura do jardim; este item, de acordo com o autor, significava o trabalho do corpo todo, ao cultivar, colher, plantar.

Anália Franco (1898, pp. 50, 51), na revista *Album das Meninas*, ano 1, n. 3, de 30 de junho de 1898, afirma que:

Qualquer que seja a ideia que se faça do pensamento não se pode desconhecer que o instrumento intelectual está também sujeito às enfermidades físicas e não pode dispensar um sangue rico, alimentado por um ar puro e regenerado por vários exercícios. [...] Daí resulta a necessidade de uma educação completa integral e harmônica.

Na Colônia da AFBI, constatamos que havia “trabalho de corpo” no “mundo de terras, na casa da fazenda” (Barros, 1982, p. 45). Segundo as memórias da ex-aluna, o trabalho construtivo na vida de campo fazia parte da educação dos alunos e era orientado por professores. Nas escolas maternais, de acordo com Monteiro (1992, p. 56), eram ministradas, além das seguintes matérias, rudimentos de português, aritmética, geometria, geografia, história natural e pátria, “a ginástica”, trabalhos manuais, canto coral e ensinos morais.

A segunda parte do manual de Pedagogia adotado na Escola Normal tratava da educação intelectual. Para o desenvolvimento da inteligência, era preciso fazer algumas ações que desenvolveriam as faculdades intelectuais, “a percepção dos objetos, a atenção que os examina, a memória que recorda a sua lembrança, a imaginação que penetra suas relações e o raciocínio que entre si combina os juízos” (Monteiro, 1992, p. 68).

Os meios disciplinares representavam os meios da boa ordem. Para se desenvolver a inteligência e formar bem o coração, a disciplina era fundamental. Ela formava o regulamento. Assim, no artigo 1 do capítulo, o autor indicava a distribuição do tempo e do trabalho como um item de disciplina. Então, eram registrados no livro dias e horários em tempos de verão e dias e horários em tempos de inverno. Os métodos: simultâneo e misto.

Ainda sobre o item disciplina, há preceitos e ordens para uma aula bem regulada: gestos e sinais do corpo feitos pelo professor, o olhar, o movimento das mãos, tudo isso, bastaria para chamar à ordem um menino. A campainha servia para fazer cessar as brincadeiras, o horário dos jogos ou o recreio.

Na AFBI, conforme Barros (1982, p. 29), havia disciplina e ordem na rotina das crianças: “Disciplina...disciplina [...] os horários exatos; os recreios, os trabalhos escolares, [...] as refeições em tempo e repouso nos dormitórios confortáveis e limpos. A campainha servia para fazer cessar as brincadeiras, o horário dos jogos ou o recreio, conforme o manual. Da mesma forma, o sino tocava no Asilo onde vivia a ex-aluna de Anália Franco. Barros (1982) menciona o “sino grande e quem batia era a Marieta”, para todos os acontecimentos diários. “Café da manhã? Primeiro toque do sino. Logo depois as primeiras aulas. Almoço? Segundo toque do sino e toda a gente escutava que o sino chamava” (Barros, 1982, p. 52). Quanto à forma de chamar à ordem uma menina, no caso da professora Anália Franco, afirma Barros (1982, p. 52) que “a mãe adotiva nunca recriminou, falava docemente, e dava conselhos”.

Os registros sobre os alunos também foram ressaltados como item importante, pois a normatização deste procedimento serviria como meio para se conhecer os alunos, o quantitativo de alunos, a assiduidade e a conduta deles e seus progressos. Os registros de matrículas, os registros de notas e de composições eram normas também sugeridas no manual.

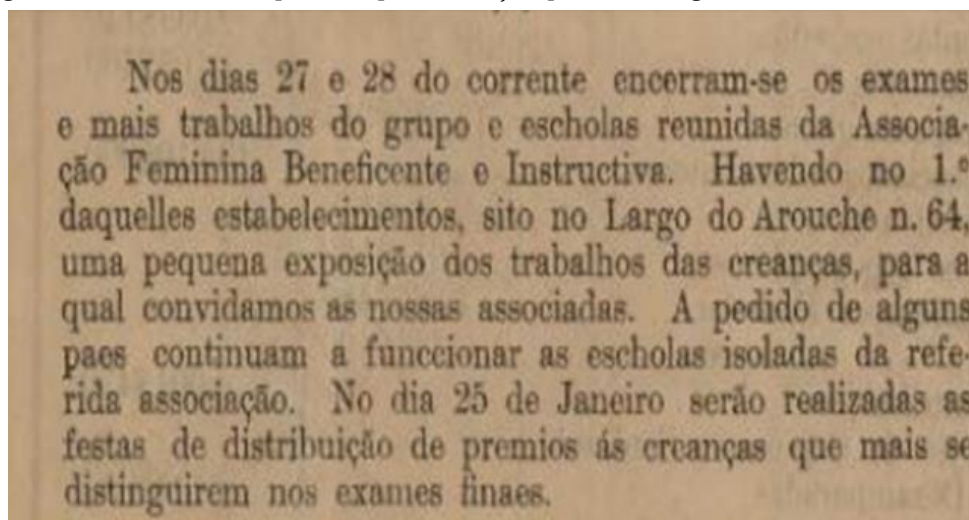
Encontramos essa regra dos registros citada no jornal *A Voz Maternal*. O quantitativo de alunos atendidos pela AFBI era registrado. No Regimento Interno das escolas, Anália Franco definiu que uma das professoras de cada grupo de escolas reunidas deveria fiscalizar as classes, cujas funções eram administrativas: elaborar os relatórios de matrícula, de eliminação de alunos, as faltas de alunos, as faltas de professoras e a organização de chamadas pelo professor da turma. Esses relatórios deveriam ser numerados e apresentados à presidente da AFBI que iria rubricá-los.

As recompensas para Daligault significavam um excelente meio de ordem e disciplina, na medida em que a distribuição delas na escola poderia estimular os alunos. As recompensas poderiam ser: o elogio do mestre, os pontos bons, os lugares escolhidos para a exposição das melhores composições, as cruzes de mérito e de conduta, bilhetes, cartas, ou cartões de satisfação, quadro de honra, prêmios anuais.



Também na AFBI as crianças que se distinguiam nos exames finais eram premiadas, como pode ser visto na Figura 5, com a notícia do jornal *A Voz Maternal* de dezembro de 1903.

Figura 5 - Notícias sobre prêmios para crianças que se distinguem nos exames finais.



**Nota.** Imagem proveniente do acervo digital do Arquivo Público do Estado de São Paulo.  
[https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico\\_periodico/jornais\\_revistas](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/jornais_revistas)

Quanto aos castigos, Daligault também orientava sua importância na prática escolar. Dizia que se tornavam necessários os meios de repressão, e que deveriam ser realizados pelo professor com prudência e sabedoria. Como exemplos de castigos são mencionados: a repreensão, perda de pontos, perda de cruces de distinção, ou medalhas ou fitas, eliminação do quadro de honra, entre outros detalhados no manual.

No Regimento Interno das escolas da AFBI, como meio disciplinar, eram permitidos castigos e prêmios. No artigo 12º, os prêmios são registrados: cartões de boas notas, cartões de merecimento e louvor, elogio perante a classe, inclusão do aluno num quadro de honra.

No Liceu, além das disciplinas e da metodologia pedagógica estudadas pelas alunas, alguns manuais didáticos foram publicados por Anália Franco para orientar as professoras. Neles, segundo Monteiro (1992), são encontrados princípios pedagógicos de Fröebel, Kergomard e Montessori, mas Anália Franco não se guiava a aplicar um método só no trabalho do ensino-aprendizagem. No *Manual das Escolas Maternais* de 1902, ela afirmou que:

Como nas escolas maternais não se propõe a exercitar uma ordem de faculdades em detrimento de outras, mas de bem as desenvolver harmonicamente, não seguimos com rigor nenhum dos métodos que se fundam sobre um sistema exclusivo e artificial. Pelo contrário colhemos dos melhores métodos, os exercícios mais simples e formamos com o auxílio destes diversos elementos um conjunto mais

ou menos apropriado às necessidades da criança, pondo em jogo todas as suas faculdades (Franco & Caldas, 1902, p. 3).

Na ata da reunião da diretoria da Associação, em 5 de dezembro de 1903, encontramos algumas deliberações sobre o que se esperava da carreira das jovens em sua habilitação: “as professoras não poderiam ser efetivadas nos cargos enquanto não exercessem um ano de magistério nas Escolas Maternais do Interior”.

No que diz respeito aos exames, a diretora esclarecia que eram trimestrais, sobre todas as matérias dos trimestres. As provas deveriam ser escritas e orais. No exame final de novembro, as examinadas faziam uma prova oral e prática, explicando um determinado ponto sorteado. A disciplina e o rigor na avaliação eram registrados pela diretora, afirmando que o papel da prova escrita teria o carimbo da associação e que seria anulada a prova da aluna que usasse métodos fraudulentos.

Os critérios para aprovação eram dados através de conceitos: ótimo, bom e sofrível. E seriam avaliados também nas alunas alguns comportamentos: assiduidade, procedimento, aplicação e benemerência.

Na avaliação prática, obtinha a habilitação a aluna que demonstrasse sua capacidade de ensinar aquela matéria. “O último exame deveria ser prestado perante a diretoria junto a uma banca que se compunha, então, da presidente e mais dois membros que firmavam o respectivo diploma conjuntamente com as professoras das cadeiras” (Franco, 1904, p. 6).

Ainda sobre as influências de sua trajetória na criação da AFBI, dos métodos e planejamentos, encontramos, em Dias (2013), a relação de seus professores do 1º ano da Escola Normal de São Paulo, em 1877. Em seu livro, Dias (2013) especifica as cadeiras e algumas características biográficas dos seus professores, o que possibilita compreender, primeiramente, o panorama organizacional da escola no período, em diferentes momentos da Escola Normal quando foi instaurada na sua segunda fase, que teve curta duração, de 1875 a 1878. O funcionamento da escola era em local e provisório; de acordo com Monarcha (1999, p. 13), a Escola Normal, em sua segunda fundação, “funcionou em uma sala do curso anexo à Faculdade de Direito do Largo de São Francisco”, “enquanto se aguardava a construção do prédio próprio” (Monarcha, 1999, p. 96), o que pode explicar o perfil profissional dos professores, que em sua maioria era de bacharéis formados pela Faculdade de Direito. Para Monarcha (1999, p. 24), “a formação intelectual dos primórdios do ensino acadêmico no Brasil faz com que os bacharéis se preocupem com as necessidades originárias do momento de transição da ordem colonial para a ordem competitiva”, pois é através da instrução que o povo se civiliza – a sociedade racional moralizada é apaziguadora – e saberá mediar os conflitos entre indivíduos e instituições. Para promover essa educação, era urgente a qualificação do professor, e essa era feita por bacharéis e juizes.

Anália Franco, portanto, teve em sua formação a perspectiva da urgência da formação do professor com os traços republicanos dos bacharéis diplomados pela Faculdade de Direito, que conduziram ideologicamente as bases da formação do magistério, a regeneração dos indivíduos através da razão e da ciência, da ordem e do progresso, dos ideais positivistas da educação, como progresso e civilização de um povo e do ensino leigo. Em sua formação, podemos destacar os professores padres, instruídos no Seminário Episcopal, intelectuais citadinos (Monarcha, 1999, p. 112) que partilhavam dos dogmas da Religião da Humanidade.

Outro traço de influência está no registro de seus professores ligados à atuação na orfandade<sup>11</sup>. Além do magistério, um deles era juiz de órfão e o outro curador geral de órfãos. Dessa forma, podemos considerar que a identidade profissional desses professores, ligada à assistência aos órfãos, pode ter orientado a formação de Anália Franco, fazendo-a optar por um trabalho voltado à orfandade.

Monteiro (1992, p. 84) destaca que, no ano da inauguração do Liceu, 10 alunas se matricularam no 1º ano; 15 alunas no 2º ano; e 20 alunas no 3º ano, tendo, nas aulas preparatórias, 22 alunas.

No jornal da Associação, *A Voz Maternal*, encontramos, nos exemplares de dezembro de 1903, do ano de 1904 e de maio de 1905, as informações sobre o quantitativo de alunas do Liceu. No Quadro 1, registramos alguns meses da matrícula de alunas no Liceu do ano de 1904.

Quadro 1 – Quantitativo de matrículas no Liceu no ano de 1904

Mês	jul. 1904	ago. 1904	set. 1904	out. 1904
Nº de alunas do liceu	40	40	50	55

**Nota.** Quadro elaborado a partir de informações disponibilizadas pela Fundação Carlos Chagas.

<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=1>.

O boletim de frequência apresentava a relação quantitativa de alunas, na edição do jornal posterior ao mês do registro, portanto, encontramos a frequência de junho na edição de julho, a de julho na edição de agosto e, assim, sucessivamente. Dessa forma, podemos também verificar que, apesar do período de matrículas ser publicado nos jornais no início de cada ano, havia ingresso de novas alunas ao longo do curso, ilustrando a urgência em aceitar novas matrículas para a formação de professoras para as escolas maternais, ao longo do ano.

Sobre o perfil das professoras do curso, segundo Monteiro (1992), as aulas do Liceu eram dadas por professoras diplomadas pela Escola Normal da Praça e dos Grupos Escolares.

<sup>11</sup> O professor Américo Ferreira de Abreu foi curador geral dos Órfãos, inspetor de instrução pública, juiz de órfãos da capital e procurador fiscal do Tesouro Provincial (Dias, 2013). E o Dr. João Bernardes da Silva, juiz municipal e juiz de órfãos.

No *Relatório* da AFBI de 1908, encontramos alguns nomes de professoras e o quantitativo de matrículas, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Liceu Feminino: quadro quantitativo

Lyceu Feminino									
SECÇÃO DE ESCOLAS									
Nomes das Escolas		Nomes das professoras	Matricula	Freq. geral	Nacianas	Estrangeiros	Maiores de 12 annos.	Menores de 12 annos	Freq. media
Lyceu	1.º anno	D. Maria José Oliveira	12	3456	12	0	9	3	12
»	2.º »	» Francisca Ramos	13	3456	13	0	9	4	12
»	3.º »	» Julia Andrade	8	2804	8	0	8	0	8
			33	9216	33	0	26	7	32

S. Paulo, 31 de Dezembro de 1908.

**Nota.** Quadro elaborado a partir do *Relatório de 1908* da Associação Feminina Beneficente Instrutiva. <https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=35>.

O que também nos chamou a atenção foi a idade das alunas matriculadas em 1908. Observamos que havia, no quadro das alunas matriculadas no ano de 1908, meninas menores de 12 anos no curso de professoras. Anália Franco registra, no relatório de 1908, a matrícula para o 1º ano de 33 alunas e que desse quantitativo haviam passado 13 alunas para o 2º ano. No mesmo ano, 13 alunas se matricularam no 2º ano, 8 alunas no 3º ano e que tinham concluído o curso apenas 4 alunas.

Não há registro do número de matrículas do Liceu no *Relatório da AFBI* de 1912. Há discriminado o quantitativo de todo o pessoal interno nos diversos modelos assistenciais da AFBI. A ausência de qualquer menção sobre o quantitativo de alunas do Liceu nos causou um questionamento sobre a existência do curso no referido ano. Não conseguimos responder a essa questão com base nas fontes encontradas.

Conforme dito, o programa de ensino do Liceu era o mesmo das casas maternas. De acordo com o Estatuto que consta no Capítulo 2, Parágrafo 1º:

[...] o programa do Liceu Feminino é o mesmo das escolas maternas, só muito mais desenvolvido, acrescentando ao estudo da

língua francesa e de história principalmente da pedagogia, com estudo acurado dos métodos de ensino desde Pestalozzi até nossos dias (Estatuto da fundação da AFBI, 1901).

O programa de atividades definido para as creches apresentava, segundo Kishimoto (1988), as teorias de Fröebel nas práticas educativas, como a educação dos sentidos, método adequado às crianças dessa faixa etária. O programa adotado nas escolas maternais apresentava também conceitos de Geografia, História do Brasil, Lições de Coisas e Geometria, uma organização curricular semelhante à de educadores franceses, como Pape-Carpantier e Pauline Kergomard.

A ex-interna Barros (1982, p. 52-53, grifos nossos) descreve a metodologia numa atividade da qual ela participou:

[...] na Colônia o pão era feito por D. Marieta, e só mesmo lá poderia ela ver o pão crescer, junto as crianças em fila, admiradas. O café adoçado com o açúcar de garapa, da plantação de cana feito pela preta Maria Rita, nossa colega, moça feita. [...] lá na fazenda, se estudava Botânica com Anita Santos, com lições práticas sobre pistilos, caules, folhas e flores [...] as roupas eram lavadas no rio [...] arrumava-se um jeito de pescar peixes com fronha. [...] estames e pistilos, caules, folhas e flores; pedúnculos, cálices e corolas; pétalas e sépalas; raízes e hastes, folhas pecioladas clorofila e gás carbônico [...] por aí seguíamos com as nossas *lições práticas*.

De acordo com Valdemarin (2004), o decreto nº 7.247, de 1879, do ministro Leônício de Carvalho, estabelece que as noções das coisas devem ser introduzidas no ensino primário, método de ensino baseado no empirismo. Os sentidos como o ponto de partida para o conhecimento era o novo método de ensino: concreto, racional e ativo, denominado ensino pelo aspecto, lições de coisas ou ensino intuitivo. Ao professor cabe direcionar o “olhar para o compreender”, ordenando o conhecimento do concreto para o abstrato.

O trabalho pedagógico se caracterizava por uma preocupação com a alfabetização, iniciada com a leitura de palavras usuais e frases simples, através de métodos lúdicos, letras móveis, objetivando o aumento do vocabulário. Analisando dados do currículo em sua pesquisa, Kishimoto (1988, p. 29) afirma que:

[...] havia um alto grau de memorização pouco adequado para as crianças de 5 a 7 anos”, exigindo conceitos de substantivo, gênero, noções de espaço horizontal, curva paralela, nomes de rios em Geografia, encontrados no *Manual de Ensino para as Escolas Maternais* de Anália, de 1905.



Anália Franco dava importância ao desenvolvimento das faculdades internas da criança. Valorizava, portanto, o que na época se fazia presente junto às orientações pedagógicas, sobretudo em relação ao ensino intuitivo. Priorizava atividades lúdicas no processo educativo. No *Manual para as Escolas Maternais* da AFBI, escrito em 1902 por Anália Franco e Eunice Caldas, encontramos o programa das Escolas Maternais da 1ª. Série, para crianças até 5 anos e para o 1º trimestre:

Moral - conversações simples, historietas morais.  
 Exercícios de escrita – Primeiro de uma letra, depois ditongos e por fim palavras curtas.  
 Números – numeração de 1 até 19 com adição e subtração, sinais de + e -.  
 Desenho – varetas, linhas retas, triângulos, quadrado, figuras diversas.  
 Geografia – localização dos objetos da sala, pontos cardeais, pontos colaterais, as ruas conhecidas das crianças, o local da escola.  
 História do Brasil – o descobrimento do Brasil, os índios e Pedro Álvares Cabral. *Lições de Coisas* – o café, o vinho, a mandioca, a mão, a rosa, a folha, o cão, o boi.  
 Gramática – as letras, as palavras, os nomes.  
 Trabalho Manual – tecelagem, exercícios graduados, combinações de lãs de cor sobre talagarça ou papel.  
 Cores – cores primárias e secundárias.  
 Cantos – breves hinos.  
 Ginástica, Jogos – virar a direita e a esquerda, levantar-se e sentar-se, caminhar a direita e a esquerda, posições ginásticas, primeira, segunda, terceira e quarta. Movimentos simultâneos, sucessivos e alternados.  
 Marchas – evoluções fáceis (Franco & Caldas, 1902, p. 7, grifo nosso).

Por ter sido professora do Grupo Escolar do Arouche, Anália tinha acesso ao currículo formal instituído nas diretrizes da Instrução Pública. Portanto, ao compararmos o programa de ensino das casas maternais junto ao programa de ensino do 1º jardim de infância anexo à Escola Normal de São Paulo de 1896, verificamos que os programas de ambas as instituições apresentam conteúdos similares (Quadro 3).

Quadro 3 – Quadro comparativo dos programas de ensino das casas maternais e do jardim de infância de 1896, feito pela autora.

<b>Programa das Escolas Maternais 1ª série – crianças até 5 anos (Franco &amp; Caldas, 1902)</b>	<b>Programa do Jardim de Infância anexo a Escola Normal 1º período (1896)</b>
Primeiros princípios de educação moral: as lições de moral são dadas as crianças tendo-se em vista fazer-lhes tomar bons costumes, ganhar afeição de manter a disciplina e harmonia entre elas. Primeiras noções do bem e do mal	
Exercícios de linguagem – conversações sobre os seres e objetos que lhe são úteis e atraem a sua atenção. Exercícios de pronúncia, procurando aumentar o vocabulário da criança, pequenos exercícios de memória, contos, fabulas, narrações e questionário	Linguagem: conversações infantis; a criança na família e no jardim de infância – partes principais do corpo – seres e objetos que lhe são úteis e que frequentemente atraem a sua atenção. Brevíssimos e simples contos
Varetas formando no espaço as letras VFJA dando-se para criança 3 varetas e uma linha curva. Primeiros exercícios sobre vogais	
Cores primarias e secundarias	Cores; cores primarias e secundarias
Trabalho Manual – Exercícios preliminares graduados, entrelaçamento com varetas. Dobramento de papel, tecelagem, continhas, alguns enfeites de papel	Trabalho Manual – continhas, exercícios preliminares graduados. Trabalhinhos simples. Continhas e formas de papel de cores. Alguns enfeites, ornamentos. Entrelaçamento com varetas.
Cantos: Pequenos Hinos. Ginástica. Movimento da cabeça e dos dedos. Marcha com movimentos das mãos	Cantos: Pequenos Hinos.
	Ginástica: movimento da cabeça e dos dedos, acompanhado de melodias fáceis
Números: contagem de um a dez com cubinhos. Exercícios variados conforme o mapa para cada serie. Sinais + - =	Números: contagem de um a dez enfiadas em cordões. Conhecimentos de um a dez por números impressos. Exercícios de adição e subtração

**Nota.** Quadro elaborado a partir de Franco & Caldas (1902) e da *Revista do Jardim da Infância* (1896)

Cubinhos, varetas, bolas, esfera, cubos, tabuinhas, varinhas eram materiais apresentados na metodologia de Fröebel, pois, de acordo com a sua teoria, brincar com os materiais coloridos desenvolve múltiplas atividades, como a diferenciação da mão esquerda e direita, a identificação de certas qualidades da bola, além de proporcionar a classificação de cores e comparar formas e texturas. Em todos os exercícios há, segundo Kishimoto, grande quantidade de música intercalada.

Neste período escolar havia nas escolas a proliferação de manuais destinados ao professor, com o objetivo de orientar a prática pedagógica. O mesmo ocorria com os manuais escritos por Anália Franco aos diretores das escolas maternais, cuja finalidade era apresentar o método de aperfeiçoar a experimentação e a observação dos objetos pelos alunos, para fazer as crianças raciocinarem progredindo seus

conhecimentos, da percepção para a ideia, do concreto para o abstrato, dos sentidos para a inteligência, dos dados para o julgamento.

Anália Franco discorre sobre o método no *Manual das Escolas Maternais* de 1902 quando afirma que:

O método consiste sobre tudo na explicação de cada cousa e quanto possível na vista mesmo do objeto. Está claro que nem sempre será possível fazer-se ver o que se quer demonstrar, mas cada vez que em lugar de descrever ou definir, só poder mostrar o objeto, será mais vantajoso (Franco & Caldas, 1902, p.15).

A semelhança das casas maternais ao modelo francês das “écoles maternelles”, é confirmada por Anália Franco quando apontou sua preferência, na *Voz Maternal* n. 3 de fevereiro de 1904, sobre livros pedagógicos doados pelo governo. Anália Franco publica um agradecimento ao Exmo. Sr. Bento Bueno e ao Sr. Oscar Thompson pela doação recebida de 200 livros para a Biblioteca do Liceu, mas afirmava que o que ela precisava mesmo era da coleção de livros sobre o método da Sra. Maria Pape Carpentier, “o ensino pelos olhos” que seria muito necessário às escolas maternais.

Quanto ao programa de ensino moral, os argumentos de Anália Franco para tal ensino ser ministrado estão registrados na *Revista Album das Meninas*. A citação abaixo foi retirada da edição nº 19 do Ano III, S P. 1 de setembro de 1900.

A fraqueza de caráter moral, que se revela em todas as esferas da nossa vida pública, é devida em grande parte à pouca confiança que depositamos na cultura do espirito. O desenvolvimento das faculdades intelectuais, não sendo seguido do progresso moral e religioso, que ainda não é considerado o único e verdadeiro fim do estudo, mas como o seu fortuito e insensível resultado, vae produzindo por toda a parte esse egoísmo cada vez mais frisante, esse amor desordenado pelos lucros, essa indiferença sempre crescente em matéria religiosa e filosófica, essa transformação todos os dias mais acentuada da educação em mera aprendizagem (Franco, 1900, p. 4).

No manual das escolas maternais de 1902 (Franco & Caldas 1902, p. 11), Anália Franco aponta que os primeiros princípios para a educação moral deveriam ser dados não sob forma de lições seguidas, mas com o auxílio de diálogos, de narrações, de contos destinados a inspirarem, nas crianças, sentimentos de deveres para com a família, a pátria e Deus. Segundo ela, “esses princípios deveriam ser independentes de todo o ensino confessional” (Franco & Caldas, 1902, p. 11). “As narrações ou contos deveriam ser feitos quanto possível sobre imagens e consagradas a representarem cenas da vida infantil” (Franco & Caldas, 1902, p. 12).

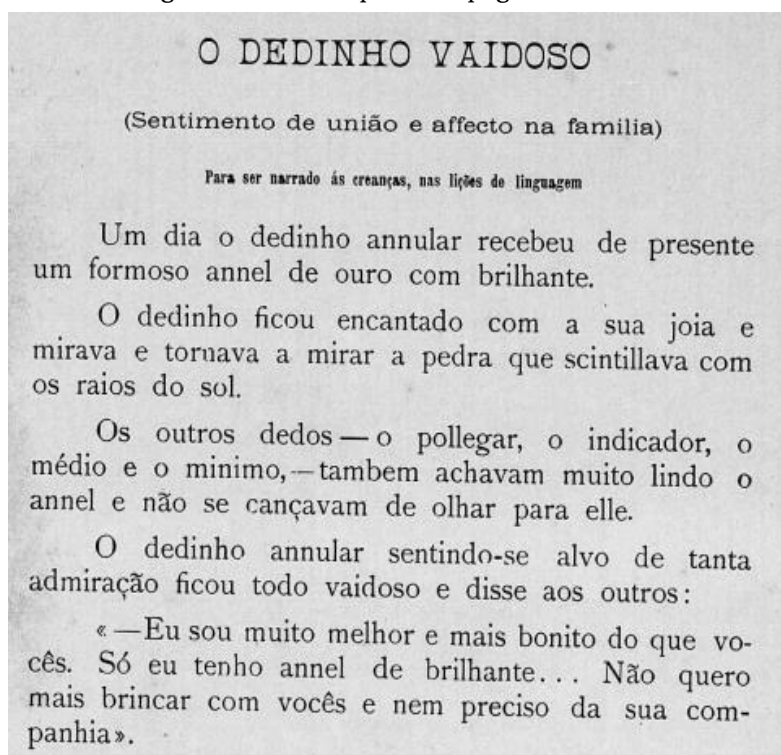
As primeiras advertências dadas às professoras, encontradas no *Manual para as Escolas Maternais* de 1902, se referem ao desvelo que a missão impunha, “a terrível responsabilidade que pesa sobre vós (as professoras e diretoras) da infância, pois ela (a criança) será mais tarde tão somente o que vós tiverdes feito”. “Cabe a professora formar o caráter e o coração das crianças e dirigi-las no caminho do bem pela virtude” (Franco & Caldas, 1902, p. 10).

Para Anália, a escola maternal:

[...] forma apenas a passagem da criança da família para a escola, e por isso tem de conservar a doçura afetuosa, a indulgência da família, iniciando ao mesmo tempo a criança no trabalho e regularidade da escola (Franco & Caldas, 1902, p. 26).

No programa do jardim de infância da *Revista do Jardim de Infância* de 1896, também encontramos a ideia dos contos decorrentes de uma educação moral. O conto assinado de Zalina Rolim sob o título de: O Dedinho Vaidoso (sentimento de união e afeto na família) tem fundo moral, pois apresentava a importância da amizade entre os membros de um grupo. Se algum dedo se envaidece se achando o melhor dedo das mãos, ficará sozinho, não contará com a função dos outros dedos, todos precisam estar juntos, a mão precisa de todos os dedos para pegar uma fruta, ou uma rosa, é o que diz o conto de Zalina Rolim (Figura 6).

Figura 6 – Foto da primeira página do conto.



**Nota.** Imagem extraída da *Revista do Jardim da Infância*, v. 1, Publicação Oficial, São Paulo, 1896.  
Fonte: Hemeroteca Digital Brasileira. [http://memoria.bn.br/pdf/216690/per216690\\_1896\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/216690/per216690_1896_00001.pdf)

Em algumas páginas do manual de 1902, encontramos indicativos de uma metodologia orientada para os professores, como, por exemplo, a lição das coisas. Anália Franco afirmava não ser uma metodologia fácil, ela exigiria do professor uma atenta preparação, pois, segundo ela, essas lições não se improvisam, não são inspirações de momento. As lições das coisas devem ser dadas diante de um quadro, porque ao prazer de ver se acrescenta o de ouvir, a vista e os ouvidos vivamente interessados correm para o resultado desejado. Das imagens se tira o fazer, o falar, os nomes, os fatos e o desejo de ir mais adiante no conhecimento. O método consistia em explicar cada coisa, quanto possível na vista mesmo do objeto. Dessa forma, “a imagem unida a seu comentário oral, exercia uma dupla influência” (Franco & Caldas, 1902, p. 33). Na disciplina de geografia, Anália Franco ressaltava que:

Sem um mapa não é possível o ensino de geografia. É preciso primeiro que a criança seja capaz de ler regularmente alguma coisa numa carta de Geografia (Franco & Caldas, 1902, p. 44).

É uma metodologia essencialmente natural e familiar, dizia Anália Franco e Eunice Caldas (1902), aberta a novos progressos, suscetível a se completar e a se reformar; os exercícios devem ser variados, de lições, de casos, de diálogos, contos, desenhos, leitura, cálculo, recitação, dividindo o tempo com exercícios do corpo ou jogo (Franco & Caldas, 1902, p. 46). As professoras deveriam compreender que era preciso que “elas desçam até elas, (as crianças); este é um dos grandes segredos da moderna pedagogia” (Franco & Caldas, 1902, p. 59).

O objetivo das escolas maternas seria o de levar a criança a construir hábitos e disposições próprias na educação dos sentidos que poderiam apoiá-las mais tarde para o ingresso no ensino regular, “além do gosto pela ginástica, pelo desenho, pelas imagens, pelas narrações, o interesse em escutar, em ver, em observar, imitar, questionar e responder com certa faculdade de atenção” (Franco & Caldas, 1902, p. 30).

## AS DIFICULDADES DO LICEU DA AFBI NA “VOZ” DE ANÁLIA FRANCO

A AFBI tinha em seu estatuto, ao abrir o Liceu feminino, o objetivo de que as moças pobres matriculadas nas escolas da Associação adquirissem a instrução intelectual e uma profissão que lhes garantisse a vida. O magistério era a profissão almejada por Anália Franco para as asiladas, conforme registrado no *Relatório da AFBI* de 1912:

Como seria de elevado alcance social a educação d'estas pobres desprotegidas que convenientemente preparadas, seriam as futuras iniciadoras da educação de outras crianças órfãs desvalidas como elas! (Franco, 1912, p. 6)



As futuras educadoras da infância desprotegida, que são aquelas mesmas órfãs desvalidas abrigadas nos Asilos da Associação Feminina ainda não conseguiram atrair sobre seu futuro tão nobre atenções benévolas daqueles que podiam com vantagem se interessar pela sua sorte (Franco, 1912, p. 5).

Mas Anália Franco enfrentava dificuldades para conseguir seu objetivo. Vejamos seu relato no *Relatório da AFBI* de 1908:

Sempre lutando com as mesmas dificuldades, pela falta de salas apropriadas e material indispensável, o Liceu Feminino ainda assim continua a prestar ingentes serviços à instrução das futuras professoras. Na República Argentina em que as professoras maternais não têm o preparo indispensável, visto que é bastante saberem ler, os primeiros rudimentos de aritmética para serem admitidas nessas escolas [...] Entre nós, forçoso é confessar, apesar da luta insana de parte da nossa diretoria, para que as professoras maternais tenham um curso de aprendizagem de 2 a 3 anos, não tem ainda conseguido merecer a atenção do público o preparo d'essas moças, futuras educadoras da infância desprotegida. A necessidade de dar carreira às pobres órfãs asiladas no Asilo e Creche, nos tem feito trabalhar sem descanso (Franco, 1908, p. 7).

Em fevereiro de 1904, na *Voz Maternal*, Anália Franco relatou que, das 80 alunas que foram matriculadas, 50 frequentavam regularmente as diversas aulas do Liceu, mas que os objetivos eram ainda “lisonjeiros”. Os recursos eram “minguados”, o corpo docente mal remunerado e que ela apelava então para que pessoas caridosas e generosas ajudassem a obra de empreendimento importante.

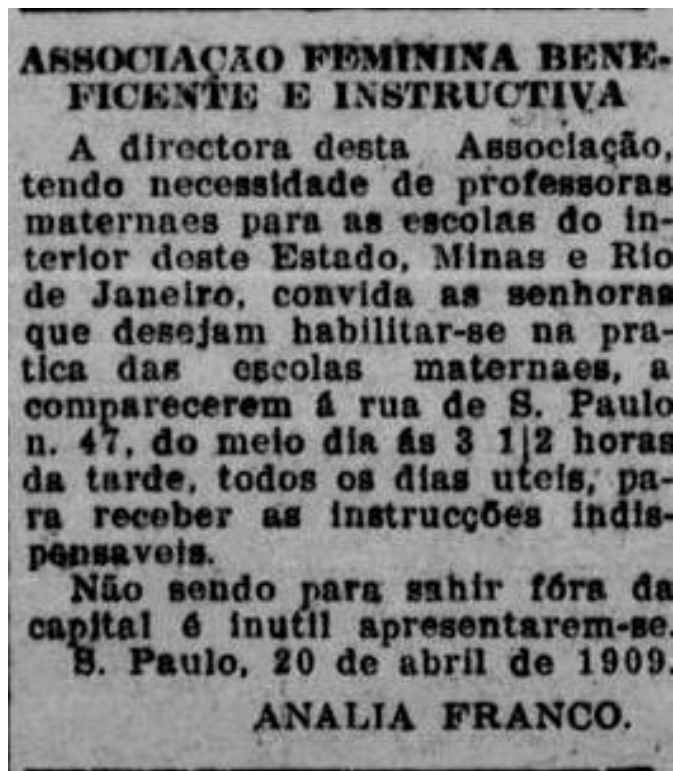
Fora a questão do despreparo, as alunas eram paupérrimas e, de acordo com Monteiro (1992, p. 84), Anália Franco precisava fornecer às alunas do Liceu “alimentação e vestuário e tudo o mais que necessitavam para o ensino e sua prática”. E continua Anália Franco no final da página deste item sobre o Liceu, no relatório de 1908:

Lutando sempre com a falta de professoras maternais por serem ainda menores as órfãs asiladas, temos aceitado moças do interior para a prática das escolas, servindo estas de professoras substitutas, durante o impedimento das outras que são efetivas (Franco, 1909, p. 7).

As dificuldades maiores eram a de conseguir professoras para as casas maternais do interior, onde o maior número de crianças ficava privada do ensino, por falta de professoras. Na Hemeroteca Digital encontramos um anúncio confirmando esta dificuldade e fazendo com que a diretora Anália Franco administrasse a falta de

professoras, aceitando senhoras que se dispusessem a exercer o cargo fora da cidade de São Paulo. Conforme o anúncio (Figura 7), essas senhoras receberiam “instruções indispensáveis”, ou seja, a formação para professoras que deveria ser dada pelo Liceu havia sido substituída por “instruções indispensáveis”.

Figura 7 – Foto de jornal noticiando a necessidade de professoras para as sucursais



**Nota.** Fotografia disponível em *Hemeroteca Digital Brasileira*. Fonte: Biblioteca Nacional do Brasil (1909). <http://memoria.bn.br/DocReader/227900/22675>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo apresentamos alguns resultados de uma pesquisa sobre o Liceu Feminino, o curso de formação de professoras da AFBI, em São Paulo, durante a direção de Anália Franco, ocorrida entre 1902 e 1919.

A análise das fontes esteve entrecruzada aos impressos da época e ao livro de memórias de uma ex-aluna da instituição, Maria Cândida Silveira Barros, publicado inicialmente por insistência de suas colegas de infância, em 1959. A edição que conseguimos adquirir é de 1982.

Através dessa análise, construímos uma versão ainda incompleta sobre a história do curso de formação de professoras do Liceu, as dificuldades encontradas para a manutenção do curso, as matrículas, o currículo, problematizando e levantando

questões sobre o trabalho pioneiro de Anália Franco na formação e profissionalização docente para o segmento infantil.

A pesquisa que deu origem ao artigo nos levou a compreender o contexto social, político de São Paulo, durante o período da criação do Liceu; a história dos republicanos e os desdobramentos da Reforma Instrutiva Pública planejada pelo Partido Republicano, décadas antes da Proclamação da República. Anália foi presente e atuante nos movimentos ocorridos na cidade no período elencado e criou seu espaço de divulgação através dos impressos publicados por ela, como *Album das Meninas* e *A Voz Maternal*. Dessa forma, conhecemos suas ideias e ações pedagógicas que tinham como pilar a inclusão social e pedagógica das crianças “desamparadas”, “marginalizadas”.

Anália Franco, de certa forma, contribuiu com as iniciativas da época, mas encontrou dificuldades na manutenção de seu projeto, principalmente no de formar professoras para as casas maternais. E o que antes era o objetivo do Liceu, o de formar as asiladas professoras para atuarem nas escolas maternais da AFBI, acabou por ser uma nota de classificado, uma chamada em jornal, para recrutamento de senhoras interessadas em atender à emergência de professoras para as casas maternais do interior. De certa forma, a instrução não se faria mais através de um curso com currículo e práticas, constituindo a técnica de um professor de qualidade e eficiência, mas, como nos diz a matéria do jornal, com instruções escritas para o trabalho. Essa foi a estratégia encontrada por ela, para atender à demanda alta de professoras para as casas maternais. Parece que não havia tempo nem interesse das alunas para a formação, e tal rearranjo serviu como medida possível, em detrimento da preocupação de Anália Franco e dos reformadores da instrução pública, com a formação e profissionalização do professor.

Anália Franco foi pioneira na formação de professoras para o segmento infantil. Ela procurou ajustar o currículo do Liceu ao da Escola Normal de São Paulo. No início, contou com a colaboração de colegas da antiga Escola Normal e do Grupo Escolar onde trabalhava, mas a urgência da formação de professoras para atuar nas casas maternais da AFBI que iam sendo fundadas se mostrou um desafio, na medida em que havia pouco interesse das alunas asiladas ao curso. Além disso, havia o ingresso de alunas que precisavam ser alfabetizadas antes de cursar o Liceu e alunas que apresentavam dificuldades de aprovação durante o curso. Encontramos nas fontes, no jornal *A Voz Maternal*, os relatos de falta de material pedagógico e de que as alunas, sendo pobres quando cursantes, precisavam até de alimento e vestuário para participarem das aulas.

Os desafios registrados mostraram uma equação de difícil solução: a necessidade de professoras versus a formação em curso, somadas às situações circunstanciais financeiras e de manutenção do Liceu. A solução encontrada para resolução naquele momento foi a de recrutar senhoras para serem professoras

substitutas, o que de certa forma nos faz refletir sobre o desprestígio da carreira e o desvalor dado à formação docente.

Quando iniciou um projeto para dar cunho pedagógico aos asilos, Anália Franco tinha como objetivo inserir as crianças antes dos 7 anos na pedagogia, através de um projeto educativo que dava importância aos sentidos, promovendo instruções morais através do diálogo, dos contos infantis e do exemplo de uma professora, digna, amorosa, cuidadosa, de boa moral e costumes. Desta educação, pensava ela, sairia o homem, antecipando de alguma forma alguns conceitos psicanalíticos que fundamentam a compreensão sobre o lugar da infância na constituição do psiquismo humano.

Investigar os esforços realizados em prol da Educação no Brasil, em períodos recuados, por intelectuais e professores como Anália Franco, pode se configurar em contribuição relevante para o campo da história da educação, especificamente para as histórias da formação, da profissão docente e da educação infantil.

## REFERÊNCIAS

- Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo. (1901). *Estatuto da fundação da Associação Feminina Beneficente Instrutiva de São Paulo*. São Paulo, SP: Typographia da A Voz Maternal.
- Associação Feminina Beneficente Instrutiva. (1908). *Relatório de 1908*. Fundação Carlos Chagas.  
<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=35>
- A Província de São Paulo*. (1877, 29 dezembro). “A exma. sra. Amalia Emilia Franco”. Acervo do Estadão. Recuperado de <https://acervo.estadao.com.br/>
- Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1908–1909). *Anuário de São Paulo* (1908–1909).  
[https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico\\_periodico/anuarios\\_ensino](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/anuarios_ensino)

Arquivo Público do Estado de São Paulo. (1909). *Jornais e revistas – acervo digital*.  
[https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico\\_periodico/jornais\\_revistas](https://www.arquivoestado.sp.gov.br/web/digitalizado/bibliografico_periodico/jornais_revistas)

Azevedo, A. R. (2010). Os espíritas e Anália Franco: práticas de assistência e escolarização da infância no início do século XX. *Cadernos de História da Educação*, 9(2). <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/20009>

Barros, M. C. S. (1982). *Vida e obra de Anália Franco: 1856-1919*. São Paulo, SP: Copidart.

Bem, S. F. (1998). *Contribuição para estudos das estações ferroviárias paulistas* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, SP.  
<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-30082016-114708/pt-br.php>

Bourdieu, P. (2003). O capital social. In M. A. Nogueira & A. Catani (Orgs.), *Escritos de Educação* (5ª ed., pp. 65–73). Petrópolis, RJ: Vozes.

Bourdieu, P. (2006). A ilusão biográfica. In J. Amado & M. M. Ferreira (Orgs.), *Usos e abusos da história oral* (8ª ed., pp. 183–191). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Brainly. (2023). *Ferrovias de São Paulo em fins do século XIX*. Recuperado de  
<https://brainly.com.br/tarefa/32719598>

Chagas, F. G. (2016). *Álbum das Meninas: revista literária e educativa dedicada às jovens brasileiras – estudo de um impresso de Anália Franco (1898–1901)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, SP.

Daligault. (1870). *Curso de pedagogia*. Santa Catarina: Typografia de Ribeiro & Caminha.  
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/179927>



Dias, M. H. (2013). *Professores da Escola Normal de São Paulo (1846–1890): a história não escrita*. Campinas, SP: Editora Alínea.

Ferreira, R. M. (2020). *O que dizem de nós: o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa, de 1875–1919* [Tese de Doutorado, Universidade Católica de Santos]. Santos, SP.

Franco, A. (1898, 31 de julho). *Álbum das Meninas*, 1(4).  
<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=40>

Franco, A. (1904, 1º de janeiro). *A Voz Maternal*, 1(2).  
<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=15>

Franco, A. (1906). *Relatório de 1905: apresentado e aprovado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1906*. São Paulo, SP: Typ. D'A Voz Maternal.

Franco, A. (1909). *Relatório de 1908: apresentado em assembleia geral ordinária de 15 de janeiro de 1909*.  
<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=35>

Franco, A. (1912). *Relatório de 1912: Apresentado em assembleia geral ordinária de 5 de abril de 1913*. São Paulo, SP: Associação Feminina Beneficente e Instrutiva.  
 Recuperado de  
<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.downloadArtigo.mtw?id=36>

Franco, A., & Caldas, E. (1902). *Manual para as Escolas Maternaes da Associação Feminina Beneficente e Instrutiva*. São Paulo, SP: Typographia da A Voz Maternal.

Fundação Carlos Chagas. (s.d.). *Educação e infância – acervo digital*.

<https://www.fcc.org.br/pesquisa/educacaoInfancia/EducacaoInfancia.abrirTopico.mtw?idTopico=1>

Johansen, C. C. (2017). *A interiorização da assistência à infância e a experiência do Asylo de Orphans Anália Franco em Ribeirão Preto (1901–1925)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Ribeirão Preto, SP.

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-08012018-120423/>

Kishimoto, T. M. (1988). *A pré-escola em São Paulo (1877–1940)*. São Paulo, SP: Edições Loyola.

Kuhlmann, J. M. (1991). Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899–1922). *Cadernos de Pesquisa*, 78, 17–26.

Kuhlmann, J. M. (1998). *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre, RS: Mediação.

Le Goff, J. (2003). Documento/monumento: história e memória (I. Ferreira, B. Leitão & S. F. Borges, Trans.). Campinas, SP: Editora Unicamp.

Lei nº 14.986, de 25 de setembro de 2024. (2024). Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), incluindo a obrigatoriedade de abordar experiências e perspectivas femininas nos conteúdos curriculares do ensino fundamental e médio. *Diário Oficial da União*. <https://www.planalto.gov.br/>

Lodi-Correa, S. (2009). *Anália Franco e a sua ação socioeducacional na transição do Império para a República (1868–1919)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Campinas, SP.

<https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/449107>

- Martins, A. L. (2001). *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890–1922)*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado.
- Monarcha, C. (1999). *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas, SP: Editora Unicamp.
- Monteiro, E. C. (1992). *Anália Franco: a grande dama da educação brasileira*. São Paulo, SP: Eldorado Espírita.
- Nóvoa, A. (1992). Os professores e a história da sua vida. In A. Nóvoa (Org.), *Vidas de professores* (pp. 13–33). Porto, Portugal: Porto Editora.
- Oliveira, E. C. (2007). *Anália Franco e a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva: ideias e práticas educativas para a criança e a mulher (1870–1920)* [Dissertação de Mestrado, Universidade São Francisco]. Itatiba, SP.
- Pesavento, S. J. (2005). *História & história cultural* (2ª ed.). Belo Horizonte, MG: Autêntica.
- Portela, D. F. (2016). *A trajetória profissional da educadora Anália Emília Franco em São Paulo (1853–1919)* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, SP. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-04122019-160110/>
- Revista do Jardim da Infância*. (1896). *Publicação Oficial da Escola Normal de São Paulo* (Vol. 1). São Paulo, SP: Tipografia do Estado. Recuperado de [http://memoria.bn.br/pdf/216690/per216690\\_1896\\_00001.pdf](http://memoria.bn.br/pdf/216690/per216690_1896_00001.pdf)
- Silva, V. B., & Perez, T. T. (2014). Apropriações dos saberes pedagógicos no início da formação: manuais e provas da Escola Normal de São Paulo (década de 1870). *História da Educação*, 18(42), 93–113. <https://seer.ufrgs.br/historiaeducacao/article/view/51459>

Sirinelli, J.-F. (2003). Impressions: soleil couchant? *Le Débat*, 110, 45–52.

<https://doi.org/10.3917/deba.110.0045>

Souza, R. F. (1998). *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890–1910)*. São Paulo, SP: Editora UNESP.

Valdemarin, V. T. (2004). *Estudando as Lições de Coisas: análises dos fundamentos filosóficos do método de ensino intuitivo*. Campinas, SP: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea).

Valle, D. S. (2010). *Intelectuais, espíritas e abolição da escravidão: os projetos de reforma na imprensa espírita (1867–1888)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense]. Niterói, RJ.

**REGINA LUCIA SILVEIRA MARTINS:** Possui graduação em Educação pela PUC-Rio (1980), mestrado em Educação pela UNESA na área de Representações Sociais (2013), doutorado em Educação pela PUC-Rio (2024), em História da Educação. Professora aposentada da rede particular do Rio de Janeiro, onde atuou como orientadora, supervisora e coordenadora nos Colégios Bennett e Santo Inácio. Professora EBTT do Instituto Benjamin Constant (2025), onde atuou como chefe de divisão, supervisora, assistente de direção e diretora substituta do Departamento de Educação (2014 a 2021).

**E-mail:** reginaluciasilveira@ibc.gov.br  
<https://orcid.org/0000-0002-3883-9405>

**JEFFERSON DA COSTA SOARES:** Professor Adjunto do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Possui bacharelado e licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, doutorado em Ciências Humanas - Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. É Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ, 2021), membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e lidera o Grupo de Pesquisas em História da Profissão Docente e das Disciplinas Escolares (HISPROF).

**E-mail:** jefics@puc-rio.br  
<https://orcid.org/0000-0001-6959-3471>

**Recebido em:** 05.05.2025

**Aprovado em:** 09.09.2025

**Publicado em:** 15.11.2025

#### **EDITOR-ASSOCIADO RESPONSÁVEL:**

Raquel Discini de Campos (UFU)

E-mail: raqueldiscini@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0001-5031-3054>

#### **RODADAS DE AVALIAÇÃO:**

R1: três convites; nenhum parecer recebido.

R2: três convites; dois pareceres recebidos.

#### **COMO CITAR ESTE ARTIGO:**

Martins, R. L. S., & Soares, J. da C. O liceu feminino de Anália Franco e a formação de professoras para as casas maternais no início do século XX. *Revista Brasileira de História da Educação*, 25, e386. DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhe.v25.2025.e386>

#### **FINANCIAMENTO:**

A RBHE conta com apoio da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e do Programa Editorial (Chamada Nº 30/2023) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Este artigo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) por meio do Programa de Excelência Acadêmica (PROEX).

#### **LICENCIAMENTO:**

Este artigo é publicado na modalidade Acesso Aberto sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 (CC-BY 4).

#### **DISPONIBILIDADE DE DADOS:**

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.